

Brasília-DF, 06 de outubro de 2025

Centrais sindicais repudiam prisão de brasileiros e ativistas por Israel



Foto: Divulgação/Redes Sociais

As Centrais Sindicais divulgaram nota nesta quinta-feira (2) em repúdio à interceptação e ao sequestro de ativistas que levavam suprimentos a Gaza. Veja abaixo a íntegra da nota:

Nós, das centrais sindicais brasileiras, manifestamos nossa veemente repulsa às ações do Estado de Israel, que oprime, violenta e massacra milhares de inocentes — crianças, idosos, mulheres e homens — de forma indiscriminada.

A mais recente ação criminosa foi a interceptação e o sequestro, em águas internacionais, de ativistas da Flotilha Global Sumud, que buscavam romper o cerco ilegal a Gaza para levar alimentos, medicamentos e outros suprimentos essenciais às vítimas das investidas do governo de Benjamin Netanyahu.

Entre os cerca de 500 ativistas sequestrados de 44 países, encontram-se 12 brasileiros, que corajosamente se lançaram nesta importante missão humanitária.

A situação é gravíssima. O genocídio explícito em Gaza horroriza e envergonha a humanidade. A opinião pública mundial se mostra cada vez mais revoltada diante das ações covardes e desproporcionais do governo de Israel contra o povo palestino.

Diante disso:

Conclamamos nossas organizações sindicais e populares a promover manifestações e protestos em todo o país, exigindo a imediata e incondicional libertação dos sequestrados.

Conclamamos também o governo brasileiro a tomar

medidas para proteger a vida dos brasileiros envolvidos e romper relações com o Estado de Israel.

Pare o genocídio em Gaza! Cessar fogo já!

São Paulo, 2 de outubro de 2025

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)
Miguel Torres, presidente da Força Sindical
Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)
Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)
Moacyr Tesch Auersvald, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)
Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)
Nilza Pereira, secretária-geral da Intersindical
José Gozze, presidente da Pública
Luis Carlos Prates (Mancha), executiva da CSP-Conlutas
Emanuel Melato, Coordenador da Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora

Fonte: Hora do Povo

Isenção do IR: Senado deve aprovar projeto rapidamente, avaliam senadores

Marcos Oliveira/Agência Senado



O líder do governo, Randolfe Rodrigues, acredita que o projeto irá a votação no Plenário do Senado até o início de novembro

Depois de mais de seis meses de tramitação, a Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (1º) o projeto de lei que prevê a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil mensais, além de descontos para quem ganha até R\$ 7.350. Esse projeto (PL 1.087/25) foi proposto pelo governo federal.

A expectativa dos senadores é que a matéria tramite de forma mais rápida no Senado e possa valer já no próximo ano. Para entrar em vigor em 2026, o texto

Brasília-DF, 06 de outubro de 2025

precisa ser aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República ainda em 2025.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), avalia que a votação do projeto no Plenário do Senado deve ocorrer até o início de novembro. Mas, antes disso, o texto precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— Tem de passar rápido, porque o brasileiro não quer pagar imposto no ano que vem. Nossa expectativa é que até novembro a gente possa votar aqui [no Plenário do Senado]. No máximo, no começo de novembro — disse Randolfe.

O senador Izalci Lucas (PL-DF) considera que a proposta não enfrentará obstáculos no Senado.

— Acho que vai aprovar. É evidente que haverá alguns destaques. A proposta do PL é ampliar a faixa de isenção para R\$ 10 mil, e não para R\$ 5 mil, que ainda é pouco. Chegando aqui [no Senado], votamos rápido — reiterou.

O Senado já havia aprovado um projeto semelhante na semana passada, na Comissão de Assuntos Econômicos. O senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da CAE, foi o relator da proposta, que foi encaminhada à Câmara. Conforme ele mesmo contou, essa decisão teve o objetivo de pressionar aquela Casa a aprovar o projeto do governo.

Fonte: Agência Senado

Governo Lula terá de enviar ao Congresso política de reajuste da tabela do IR



Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá o prazo de um ano para enviar ao Congresso projeto contendo política de reajuste anual da tabela do Imposto de Renda (IR).

É o que determina uma das emendas acatadas no

projeto de isenção do IR aprovado numa votação histórica na noite desta quarta-feira (1º) na Câmara dos Deputados.

A matéria, que zera o pagamento do imposto para quem ganha até R\$ 5 mil e reduz, proporcionalmente, os valores para os que recebem até R\$ 7.350, foi aprovada por 493 votos favoráveis, ou seja, unanimidade dos parlamentares presentes.

“Finalmente a gente vai reajustar a tabela do imposto de renda. Ela está há dez anos sem nenhum reajuste, achatando e corroendo o rendimento da classe média. A nossa luta vai continuar no Senado para impedir qualquer retrocesso para garantir que o texto fique ainda melhor”, diz a deputada Tabata Amaral (PSB-SP), autora da emenda.

Desse modo, o texto propõe o reajuste da tabela de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que garante previsibilidade, estabilidade e justiça fiscal.

“Trata-se de um mecanismo objetivo, que dispensa negociações políticas anuais e assegura que a redução do imposto sobre a renda, ora proposta, mantenha sua eficácia ao longo do tempo”, diz um trecho da emenda.

Sem essa correção anual pela inflação, justifica-se que haverá defasagem da tabela e elevação indireta da carga tributária sobre trabalhadores e assalariados, “em violação ao princípio da capacidade contributiva”.

A deputada reforça que a tabela progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) se encontra historicamente defasada em relação à inflação acumulada.

“Essa situação gera uma tributação não autorizada pelo legislador, mas produzida pela inércia estatal, incidindo sobre rendimentos que deveriam estar em faixas inferiores ou isentos. A emenda promove segurança jurídica e isonomia, assegurando que a progressividade do imposto não seja distorcida por efeitos inflacionários”, explica.

Ela ressalta ainda que a atualização monetária proposta não implica renúncia tributária, por não se tratar de benefício fiscal, “mas sim da manutenção dos parâmetros do sistema de referência adotado pela Receita Federal do Brasil, impedindo que a inflação distorça a incidência do imposto”.

Fonte: Portal Vermelho

**Brasília-DF, 06 de outubro de 2025**

Dissídio 2025 redefine salário e reajuste dos trabalhadores

Dissídio 2025 aumenta salário mínimo para R\$ 1.518,00. Entenda como calcular o reajuste, os impactos para diferentes categorias e os desafios das negociações coletivas



O dissídio de 2025 reajustou o salário mínimo para R\$ 1.518,00, representando alta de 7,5%. A medida impacta milhões de trabalhadores, corrigindo perdas salariais acumuladas pela inflação.

Cada categoria negocia reajustes conforme sua convenção coletiva. Trabalhadores, sindicatos, representantes patronais e governo participam do processo, que segue regras específicas para cada setor e data-base definida.

O cálculo considera a inflação medida pelo INPC e os acordos coletivos firmados. As negociações buscam equilíbrio entre a recomposição do poder de compra e a capacidade empresarial.

Sindicatos apresentam reivindicações, enquanto empresas avaliam o cenário financeiro. Se não houver acordo, a Justiça do Trabalho pode decidir, garantindo aplicação das cláusulas coletivas vigentes.

A escolha entre reajuste abaixo da inflação ou ganho real desafia representantes sindicais. Em períodos de crise, ceder pode preservar empregos, mas também gerar descontentamento entre trabalhadores.

Segundo Gustavo Pádua, advogado e consultor sindical, "as negociações coletivas são desafiadoras, com inflação acumulada em 5,20% até maio e aumentos maiores em setores como alimentação".

Ele acrescenta que "20% das negociações ficaram abaixo da inflação, o que dificulta recompor o poder de compra. O avanço em cláusulas sociais pode equilibrar as relações".

O dissídio de 2025 resultou no reajuste do salário mínimo para R\$ 1.518,00, determinado em votação no Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República.

Contudo, o piso salarial de uma determinada categoria de trabalhadores, dependerá das cláusulas negociadas em cada convenção coletiva, coordenada pelo sindicato. Por isso é fundamental que você participe e associe-se ao seu sindicato para que ele tenha mais força nas negociações com o patronato.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Governo Lula prepara anúncio de melhorias em vales alimentação e refeição

Segundo o ministro Luiz Marinho (MTE), novas medidas devem ser lançadas em outubro. Objetivo é limitar taxa cobrada dos estabelecimentos e reduzir o prazo para repasses



Foto: reprodução/Canva

O governo Lula deverá anunciar, em outubro, as mudanças que vem sendo estudadas para baratear o custo do vale-alimentação e do vale-refeição. A informação foi dada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

"Precisamos decidir em outubro, de qualquer jeito. O que estamos buscando é criar condições para evitar ajuizamento", disse o ministro durante coletiva de imprensa nesta segunda-feira (29), quando foram apresentados os dados da geração de emprego de agosto.

O presidente Lula autorizou Marinho e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a decidirem a questão assim que a mesa de negociação com os setores envolvidos estiver vencida.

O objetivo do governo é limitar a taxa de desconto cobrada de bares, restaurantes e supermercados nas vendas com vale-refeição e vale-alimentação e reduzir o prazo que as empresas têm para repassar os valores aos estabelecimentos conveniados, que atualmente é de 30 dias. O debate em torno dessas mudanças envolve, ainda, a portabilidade do cartão de benefícios.

**Brasília-DF, 06 de outubro de 2025**

Entregadores

Outro ponto tratado na coletiva foi o adiamento de um pacto de valorização das condições de trabalho de entregadores de aplicativo, que seria assinado nesta segunda-feira (29) com o iFood.

Segundo o ministro, o governo está tentando ampliar o número de participantes, a fim de que mais trabalhadores sejam beneficiados, o que teria atrasado o acordo. "Estamos conversando com outras empresas e queremos fazer uma mesa mais ampla, além do iFood", explicou.

A garantia de direitos e a regulamentação da categoria tem sido uma luta constante de parte desses trabalhadores, bem como do governo, parlamentares e movimento sindical. As reivindicações por melhores condições de trabalho e salário vêm ganhando cada vez mais apoio, dadas as condições precárias às quais esses entregadores são submetidos.

Além disso, o tema também está em pauta no Supremo Tribunal Federal (STF), que retomou, nesta semana, o julgamento sobre vínculo empregatício entre trabalhadores e plataformas. A decisão criará uma jurisprudência para o tema.

Com agências

Fonte: Portal Vermelho

Mulheres cobram urgência na ratificação de convenção contra assédio e violência no trabalho

Governo brasileiro aderiu ao texto em 2023 e o enviou para análise do Congresso Nacional

Michel Jesus / Câmara dos Deputados



Audiência pública reuniu duas comissões da Câmara

Representantes do governo federal, do Ministério Público do Trabalho e de variadas entidades ligadas aos direitos das mulheres fizeram apelo à Câmara dos Deputados para a imediata ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que busca a eliminação da violência e do assédio no ambiente de trabalho.

O governo brasileiro aderiu ao texto em 2023 e o enviou para análise do Congresso Nacional (MSC 86/23). Atualmente, está em análise da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, onde chegou a receber parecer favorável da primeira relatora, deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), mas enfrenta resistência de alguns partidos de direita.

Em audiência conjunta das comissões de Trabalho e das Mulheres, na terça-feira (30), a coordenadora do Comitê de Mulheres na entidade Internacional dos Serviços Públicos (ISP), Luciana de Melo, apresentou o slogan "Ratifica Já!".

"É importante para as mulheres? Sim. Mas não pode ser uma luta só das mulheres. Esta convenção precisa ser uma luta da sociedade", disse.

Coordenadora nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), Danielle Corrêa apresentou dados recentes que reforçam a urgência da ratificação.

"Somente neste ano (até setembro), foram recebidas 17.118 notícias de fato sobre violência e assédio no país. Há um aumento em média de 25% de denúncias a mais de ano a ano", afirmou.

Fonte: Agência Câmara

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
CAMPANHA OUTUBRO ROSA
Mês de Conscientização e Prevenção ao Câncer de Mama
EI MULHER, PREVINA-SE!
FAÇA O AUTOEXAME.
Onde existe cuidado, a vida floresce.
Cuide de sua saúde, conheça o seu corpo e esteja atenta a qualquer alteração. Pequenos cuidados podem salvar vidas.
SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI
2025